

URGENTE! POLÍCIA FEDERAL REALIZA OPERAÇÃO CONTRA CINCO PREFEITOS DO MARANHÃO

Posted on 10/06/2026 by Minuto Barra



Entre os alvos estão os seguintes prefeitos; Edésio Cavalcanti, de Turiaçu; Neto Carvalho, de Araiases; Márcio Viana, de Godofredo Viana; Nonato Carvalho, de Magalhães de Almeida; e Ivaldo

MINUTO BARRA

Ribeiro, de Miranda do Norte.

Category: [Notícias](#)

MINUTO BARRA

A Polícia Federal deflagrou nesta quarta-feira (10) a Operação Fundo Oculto, com o objetivo de desarticular dois grupos suspeitos de desviar recursos públicos para financiar ilegalmente campanhas eleitorais durante as eleições municipais de 2024 no Maranhão. Por determinação da Justiça Eleitoral, foram cumpridos 25 mandados de busca e apreensão, além da autorização para quebra de sigilos bancário e fiscal dos investigados, afastamento de servidor público e bloqueio de bens que somam R\$ 4 milhões.

De acordo com as investigações, ao menos 15 candidatos teriam sido beneficiados diretamente pelo suposto esquema ou seriam destinatários de tratativas envolvendo repasses ilícitos. Entre os alvos da operação estão cinco prefeitos maranhenses:

Edésio Cavalcanti (Republicanos) de Turiaçu;

Neto Carvalho (PDT), de Araioses;

Márcio Viana (PSB), de Godofredo Viana;

Nonato Carvalho (PDT), de
Magalhães de Almeida;

Ivaldo Ribeiro (Avante), de Miranda do Norte.

Segundo a Polícia Federal, o esquema utilizava empresas contratadas por prefeituras para desviar recursos públicos. Os valores eram transferidos para contas ligadas aos investigados e, em seguida, sacados rapidamente em dinheiro vivo. A apuração também aponta a participação de um gerente bancário em São Luís, que teria colaborado com a movimentação financeira suspeita.



As investigações revelam

MINUTO BARRA

ainda que as movimentações aumentaram significativamente nas semanas que antecederam as eleições de 2024. Somente um dos grupos investigados teria movimentado cerca de R\$ 2 milhões em repasses considerados ilegais, enquanto o volume total de transações suspeitas se aproxima de R\$ 10 milhões. Até o momento, os investigados seguem sendo apurados, e o caso pode gerar desdobramentos tanto na esfera criminal quanto na Justiça Eleitoral.